

PLANO NACIONAL DE LEITURA

CABO VERDE
2020-2030



1. INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Leitura foi lançado, no final de 2017, por iniciativa do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas e do Ministério da Educação que, em despacho conjunto de 12 de dezembro de 2017, reafirmaram a necessidade de implementar *um conjunto de estratégias e ações consideradas fundamentais para a plena aquisição de competências de leitura*. Conta, desde o início, com o alto patrocínio da Presidência da República.

Como resultado da massificação do acesso às novas tecnologias da comunicação e à internet, vivemos numa sociedade marcada pela velocidade e quantidade de informação a que temos acesso, pelo que, ser capaz de decifrar essa informação com a competência necessária para analisar e resolver os problemas do dia-a-dia, é condição essencial para a integração plena do indivíduo na sociedade e no mercado de trabalho. A leitura é, assim, absolutamente essencial para a aquisição de conhecimento e para a participação e exercício efetivo da cidadania.

A leitura e a escrita são a base fundacional de todas as literacias, isto é, de todas as competências que permitem descobrir, selecionar, analisar, tratar e usar a informação, independentemente dos códigos e técnicas envolvidos.

A educação deixou de ser vista como um mero processo de transmissão de um determinado conjunto de conhecimentos e passou a ser encarada como um processo contínuo de aprendizagem. Como se pode ler em «Educação: Um Tesouro a Descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI», de 1999, *A educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (...) No momento em que os sistemas educacionais formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento das outras formas de aprendizagem, é mister conceber a educação como um todo. Essa perspetiva deve no futuro inspirar e orientar as reformas educacionais, seja na elaboração dos programas ou na definição de novas políticas pedagógicas.*

Assim sendo, a Escola, hoje, serve sobretudo para aprender a aprender, isto é, preparar o indivíduo para ser capaz de organizar a sua própria aprendizagem, ser capaz de obter e utilizar a informação disponível com vista a gerar novos conhecimentos. Isto implica,

naturalmente, ter competências de leitura que vão para além da compreensão do código escrito, mobilizaram uma capacidade de reflexão e de crítica.

Estas competências são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática, aberta à diversidade e pluralidade e para o exercício da cidadania. São um direito e uma necessidade de cada indivíduo e condição necessária para uma vida digna e para a construção de uma sociedade mais justa.

A perceção de que os níveis de literacia têm vindo a diminuir e de que a leitura tem perdido espaço é, assim, motivo de preocupação de decisores, educadores e da sociedade em geral pelo que se considerou necessário implementar um Plano Nacional de Leitura que promova os níveis de literacia, facilite e amplie a democratização do acesso aos livros, seja através da dinamização e alargamento de rede de bibliotecas públicas e escolares, seja através de medidas que resolvam o défice de livrarias no país e permitam reduzir o preço dos livros.

2. O PONTO DE PARTIDA

Embora tenha sido criado no final do ano de 2017, por despacho conjunto do Ministério da Cultura e das Indústrias e Criativas e do Ministério da Educação, o PNL assenta numa realidade sócio cultural que, se por um lado, será o seu suporte, por outro, é a imagem dos constrangimentos e falhas que o Plano deve ser capaz de superar.

De facto, nem a sociedade nem o Governo ficaram parados à espera que o Plano fosse criado e entrasse em funcionamento. Escreve-se, publica-se, fazem-se encontros de escritores e estão em andamento projetos de iniciativa da Presidência da República, das Câmaras Municipais e do Governo que têm como objetivo promover o livro e a leitura. Contudo, é essencial conhecer essa rede que será condição e suporte do PNL. É preciso conhecer os escritores, os ilustradores, as editoras, as gráficas, as livrarias, as escolas, os professores, as bibliotecas, os agentes culturais.... É essencial identificar os projetos que estão em andamento e perceber se e/ou como podem ser integrados e potenciados.

A. Rede de escolas

A aprendizagem da leitura, enquanto competência complexa, resulta de um processo de ensino sistemático e alargado no tempo e sem as Escolas, elementos centrais no processo de alfabetização das sociedades, tal seria impossível.

A rede de Escolas em Cabo Verde será o pilar essencial em que assenta o PNL. De acordo com o Decreto-legislativo nº 13/2018 que procede à primeira alteração ao decreto-legislativo nº 2/2010 que define a Lei de Bases do Sistema Educativo de 2010, a Educação Pré-escolar destina-se a todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 4 anos de idade. A rede é assim constituída por:

- 567 escolas de educação pré-escolar, sendo 332 da rede pública e 235 da rede privada, albergando um total de 23.222 crianças, que representam 49,8 % do sexo feminino, dados do anuário da educação 2016/2017.
- 412 estabelecimentos escolares do ensino básico (dos quais 12 são privados), reunidos em 85 agrupamentos escolares, num total de 62.808 alunos, que representam mais de 99% dos alunos entre os seis e os 12/ 14 anos de idade. Para este nível de escolaridade, que tem a duração de oito anos, o Ministério da Educação (ME) já disponibiliza manuais escolares acessíveis a todos os alunos e para todas as áreas de estudo.
- 44 escolas de ensino secundário (16 privadas) onde estudam 50.890 jovens, entre os 14 e os 18 anos.
- Uma rede de mais de 7.500 professores, dos quais, 98,8% do ensino básico e 94,2% do ensino secundário possuem formação.

B. Rede pública de Bibliotecas

A rede de bibliotecas no País é ainda muito reduzida, não apenas em termos quantitativos, mas sobretudo no plano qualitativo, pela qualidade dos acervos e tipos de serviços que as bibliotecas conseguem oferecer. A rede é constituída pela Biblioteca Nacional de Cabo Verde, pelo Arquivo Histórico e pelas Bibliotecas Municipais (BM). A estas dezassete bibliotecas (algumas serão mais propriamente salas de leitura) podemos acrescentar uma

meia dúzia de bibliotecas dependentes de Centros Culturais e algumas salas de leitura comunitárias.

De acordo com o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994), estas são a *porta de acesso local ao conhecimento, fornecem as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida (...)* e são essenciais *para tomadas de decisão independentes e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais.*

Assim sendo, devem ter como principal objetivo possuir e fornecer recursos e serviços em diversos suportes, com vista a dar resposta às necessidades individuais e coletivas no domínio da educação, informação e desenvolvimento pessoal, sem esquecer as componentes de recreação e lazer, igualmente essenciais.

Uma das missões-chave mais importantes da biblioteca pública é criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância, pelo que, manter uma estreita relação institucional com as escolas e o sistema educativo da sua área, é essencial. Muitos são os serviços e programas que podem ser implementados.

A nossa perceção é que a maior parte dessas Bibliotecas Municipais não têm dotação orçamental para compra de livros, não têm profissionais preparados para fazer a promoção da leitura, não fazem o registo ou o tratamento estatístico do seu acervo e dos utilizadores e, praticamente, não são utilizadas pela população. Vivem de ofertas pontuais que, embora possam ser de grande qualidade, na verdade não resultam das preferências, sugestões ou pedidos dos possíveis utilizadores.

É muito reduzido o número de BM que têm dados atualizados sobre o estado e tipo de acervo, sistema de catalogação, registo de utilizadores e tratamento estatístico dos registos. Pelos motivos acima apontados, muitas destas bibliotecas nada mais são que conjuntos de livros abandonados numa sala. São as chamadas bibliotecas inúteis.

É absolutamente essencial obter esses dados e mobilizar as autarquias para o PNL. O envolvimento das autoridades locais pode ser concretizado de muitas formas. Pode passar pelo compromisso de afetar uma pequena percentagem do seu orçamento para a aquisição de livros, sobretudo livros de autores cabo-verdianos, pela organização de programas de incentivo à leitura, por serviços especiais de empréstimos às escolas, por programas de

apoio ao estudo, etc., etc. Essa parceria institucional poderia ser concretizada pela criação da figura jurídica do ***Município parceiro do PNL***.

C. Rede de Bibliotecas Escolares

Hoje em dia, a Biblioteca Escolar (BE) já não é encarada como um espaço fechado, de acesso dificultado e muito controlado. Hoje, percebemos a biblioteca como um espaço aberto, uma espécie de coração da escola que apoia todas as áreas de ensino e todos os professores e alunos. Um instrumento complementar à sala de aula, de fomento à leitura e à formação da atividade científica do saber, um espaço aglutinador e propiciador da aprendizagem permanente e contínua, de estímulo à criatividade e à comunicação, que deve ser vivido numa interação dinâmica e constante entre professores alunos e outros agentes educativos da comunidade.

Enquanto garante do acesso ao livro a todos os alunos, a BE tem contribuído para contrariar as assimetrias culturais e sociais, tal como tem sido demonstrado em vários estudos.

Em Cabo Verde, praticamente todas as Escolas secundárias possuem BE, que, contudo, padecem de vários constrangimentos que vão desde a falta de pessoal, pobreza do acervo, falta de mobiliário e, essencialmente, ausência de uma política pedagógica que potencie a sua utilidade e importância. Por isso, algumas estão fechadas.

A rede de bibliotecas escolares do ensino básico está praticamente a começar e, embora algumas escolas tenham bibliotecas, nem todas funcionam. Algumas estão fechadas por falta de pessoal, outras por falta de condições ou acervo adequado. Com apoio da Cooperação Portuguesa, está em operacionalização o projeto “Dinamização de Bibliotecas Escolares”, que consagra, para já, a criação de uma biblioteca escolar por cada município, que procura ser uma espécie de “farol” que possa incluir no respetivo plano de dinamização de atividades lúdico-pedagógicas, ações de partilha de boas práticas e dos recursos documentais, com as escolas limítrofes. O projeto inclui, para além de aquisição de acervo bibliográfico infantojuvenil, a confeção e apetrechamento do espaço com mobiliário infantil adequado, instalação de equipamentos informáticos e, bem assim, uma forte componente dedicada à formação e capacitação de professores de cada uma das escolas beneficiárias (numa média de três professores por cada escola), dos quais um é indicado para dinamizar

a biblioteca escolar. Até ao momento foram implementadas doze BE: nove na ilha de Santiago (uma por cada município), uma na ilha do Fogo, uma na Brava e outra no Maio. Outras BE foram criadas, ao longo dos anos, fruto da cooperação internacional, de geminações ou de ações de voluntariado, mas são BE que correm o risco de morrer, umas porque não foi garantida a presença de um responsável, outras porque não foi garantida a renovação do acervo, outras porque não tendo quem as dinamize se tornam um mero depósito para preservar um conjunto de livros. Também neste caso é essencial fazer um levantamento e conhecer o estado dessas BE com vista a integrá-las na rede.

D. Uma literatura com história

Cabo Verde possui uma literatura oral e escrita de grande qualidade que deverá estar presente nas preocupações e nos projetos a serem implementados pelo PNL.

Embora os estudos literários cabo-verdianos se tenham enriquecido extraordinariamente nos últimos anos, ainda não há uma história da literatura cabo-verdiana. Há, contudo, algum consenso em relação às obras consideradas clássicos da literatura CV e obras de referência para o seu estudo, que frequentemente estão esgotadas e às vezes durante longos anos. A reedição dos clássicos deve ser uma tarefa regular e uma preocupação constante que, se não for assumida pelas editoras privadas, poderá ser assumida pela Biblioteca Nacional, como aliás já está a acontecer, ou pelo próprio PNL.

A literatura oral é muito rica, mas precisa de ser trabalhada, adaptada à infância e juventude e à língua de ensino da leitura e da escrita. A recolha e levantamento das histórias tradicionais está praticamente feita, nomeadamente em dois importantíssimos trabalhos de Elsie Clews Parsons e T.V. da Silva, mas, como se pode verificar pela leitura dessas recolhas, embora se trate de histórias que transmitem lições de vida e valores éticos importantes para a integração social das crianças e jovens, precisam ser adequadas aos diferentes níveis etários.

Parte do *corpus* da literatura cabo-verdiana precisa ainda ser reunido e resgatado dos jornais, revistas e almanaques desde o séc. XIX. As obras que estão esgotadas precisam de ser reeditadas e ainda é necessário analisar a adequação das obras aos diferentes públicos recetores, isto é, definir se se trata de obras infantis, juvenis ou para adultos e para que níveis de escolaridade são mais adequadas.

D.1 Produção literária para a infância e juventude

Na área infantojuvenil já há muito trabalho feito e com qualidade para integrar a lista de livros aconselhados pelo PNL. Está identificado um conjunto de obras que, segundo uma exaustiva recolha feita por Odair Varela, tem mais de cem títulos.¹

A maior parte destes títulos é de autores cabo-verdianos, editados em Cabo Verde ou no estrangeiro, mas há também livros de autores estrangeiros publicados em Cabo Verde. Esta listagem inclui, indiscriminadamente, livros para a infância e para a juventude. De salientar que depois deste estudo, publicado em 2016, já surgiram naturalmente, novos autores e títulos que necessitam de ser elencados.

Embora se trate de um valioso e interessantíssimo ponto de partida para a elaboração de uma lista de livros aconselhados pelo PNL, é necessário definir os procedimentos e critérios a serem seguidos para se fazer essa lista e ter ainda presente a existência de títulos que, pelas mais diversas razões, nunca foram editados.²

Também a partir desse estudo pode/deve ser elaborada uma lista de autores e ilustradores de livros para a infância e juventude.

E. Uma quase rede de editoras, livrarias e gráficas

Embora Cabo Verde possua um número elevado de editoras entre públicas e privadas, falar de “mercado editorial” é falar sobre uma improbabilidade. Cabo Verde é um arquipélago com nove ilhas habitadas servidas por uma dezena de livrarias onde, na maior parte dos casos, os livros partilham as estantes com produtos de papelaria ou de artesanato. Não há uma empresa distribuidora de livros, pelo que, a distribuição fica a cargo de cada editora e nenhuma tem serviços, pessoal ou transporte para tal.

Estamos a falar de um país com cerca de 530.000 habitantes. Se excluirmos as pessoas que vivem em meio rural, os analfabetos (entre 14 e 20% da população, conforme as fontes), os alunos do pré-escolar (23.222) e do básico (62.808) e os 50.890 do secundário que,

¹ <http://daivarela.blogspot.com/2016/07/lista-completa-dos-livros-para-infancia.html>

² A título de exemplo, podemos referir obras do poeta José Luís Tavares que venceram o concurso Literatura para todos, realizado no Brasil, que tem como objetivo publicar livros para pessoas recém-alfabetizadas.

quando chegam ao ensino superior, confessam nunca ter lido um livro completo, a constatação impõe-se: praticamente não há leitores.

Há um público de alunos universitários e técnicos superiores que leem livros que podemos chamar utilitários (no sentido de terem uma utilidade imediata seja para a vida académica ou profissional) e há naturalmente um pequeno número de pessoas que lê muito e regularmente. Facto é que a literatura parece ter perdido espaço e a poesia não tem leitores (embora tenha ouvintes) mas, em contrapartida, nota-se um interesse crescente pelos livros que se debruçam sobre a realidade cabo-verdiana, sobretudo nas áreas de história, sociologia e política.

Em Cabo Verde existem mais editoras que livrarias. Se contarmos as editoras que produzem de forma irregular, estando inativas por longos períodos, e se definirmos editora como uma espécie de associação sem fins lucrativos que se dedica à publicação de obras literárias, podemos dizer que totalizam uma dezena e meia. Se definirmos livraria como um espaço comercial que se dedica, sobretudo, à venda de livros, não ultrapassaremos a dezena, sendo que nalgumas ilhas ainda não há livrarias e os poucos livros que lá se vendem são levados em mão e vendidos em espaços cedidos por amigos. Não existe uma rede de distribuição de livros pelo que muitos livros não chegam a ser comercializados fora da ilha onde foram produzidos.

Neste momento, e à exceção dos manuais escolares, muitos dos livros editados em Cabo Verde são impressos no exterior do país. A falta de modernização da quase totalidade das Gráficas nacionais, a importação dos materiais de impressão, os impostos a que estes são sujeitos são fatores que impedem a competição com gráficas estrangeiras. Contudo, é bom não esquecer que as Gráficas privadas tiveram, no séc. XIX, um importantíssimo papel no aparecimento e suporte da imprensa privada e que no séc. XX continuaram a ser o garante da imprensa privada, livre e combativa, e o suporte necessário ao desenvolvimento da literatura cabo-verdiana.³

³ Foi em 1915 que, em Cabo Verde, se imprimiram as primeiras obras literárias: *Amor que salva* e *Mal de Amor*, ambas de Eugénio Tavares (na realidade, não se tratava propriamente de livros, mas sim de folhetos com 16 pp). Não podemos falar da edição no segundo quartel do séc. XX, sem falarmos da Tipografia Minerva, na Praia (que imprimiu *Ambiente* de Jorge Barbosa, *Devaneios* de António Nunes em 1938 ou *Bia* de João José Nunes em 1945) e a **Imprensa Nacional** (João José Nunes, *Ecos d'Alma*, 1927, António Pedro, *Diário*, 1929). Em Mindelo temos a **Sociedade de Tipografia e publicidade, S. Vicente** onde se imprimiu a Revista *Claridade*, Manuel Lopes, Paúl, 1932 e B. Léza e onde se imprimiram os livros das edições *Claridade*, *Arquipélago* de Jorge Barbosa e *Chiquinho* de Baltasar Lopes, e a Gráfica do Mindelo onde se imprimiram as primeiras obras após a independência.

As editoras mais produtivas são as que conseguem angariar um maior número de apoios e patrocínios, mas, ainda assim, os livros têm um preço de venda ao público extremamente elevado que não parece obedecer a critérios objetivos como o número de páginas, o tipo de papel, o tipo de capa, o número de cores ou os apoios e subsídios conseguidos. Os apoios concedidos à edição de uma obra, quando se trata de apoios concedidos por empresas públicas, poderiam/deveriam ser refletidos no preço de capa ou ser considerados como aquisição prévia de exemplares para serem oferecidos a bibliotecas escolares ou municipais. O preço habitual de um livro, oscila entre os mil e os mil e quinhentos escudos. Cerca de um décimo do salário mínimo nacional.

Não podendo, por isso, falar-se em mercado editorial ou indústria do livro, justifica-se a implementação de medidas que conduzam a uma alteração do panorama editorial em Cabo Verde e a uma real democratização do livro.

F. Estudos sobre literacia e hábitos de leitura em Cabo Verde

Há uma perceção generalizada, na sociedade cabo-verdiana, que os níveis de literacia são muito baixos e que os hábitos de leitura na população se vão perdendo. Contudo, o investimento em políticas públicas não se deve basear em perceções ou opiniões. É fundamental o conhecimento objetivo e real da situação. Só assim os projetos a implementar serão mais eficazes e poderão ser avaliados.

Se a opinião de educadores e agentes culturais é essencial para a construção do PNL, também é essencial fazer-se um inquérito aos hábitos de leitura e aos níveis de literacia dos cabo-verdianos. Tal como já foi referido, também é imprescindível conhecer a situação real das bibliotecas e implementar um sistema de recolha de informações sobre acervos e utilizadores, bem como dados sobre a edição e a venda de livros.

3. O QUE É O PNL?

Sob tutela do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas e do Ministério da Educação, o PNL é um instrumento de política pública, que tem como objetivo elevar os níveis de literacia dos cabo-verdianos. Será concretizado num conjunto de medidas, faseadas ao longo da primeira década da sua implementação, dirigido a diferentes públicos-alvo pelo

que é um programa abrangente e multifacetado. Trata-se de um trabalho em rede que só poderá atingir os seus objetivos se contar com diferentes parcerias e com o apoio e envolvimento de toda a sociedade.

Enquanto instrumento de política pública tem de estar articulado com o(s) programa(s) do Governo e obriga a um trabalho de coordenação interministerial em articulação com Câmaras Municipais, empresas e instituições. Só esta sinergia permitirá alcançar as metas que vierem a ser estabelecidas.

O PNL será construído sobre um conjunto vasto de atividades e projetos que não poderão, nem deverão, ser apenas de iniciativa do próprio Plano, pois não seria possível concretizá-los sem o apoio de toda a sociedade cabo-verdiana. Contudo, essas atividades e projetos deverão estar tecnicamente fundamentadas em estudos realizados e experiências de sucesso.

Competirá ao PNL incentivar a formalização de protocolos e/ou operacionalizar o estabelecimento de parcerias com instituições e empresas, que possam e queiram apoiar projetos de iniciativa do PNL. Contudo, importa ter presente que o futuro do PNL estará, sem desprimor de outros horizontes de possibilidades em termos de público-alvo e contextos, amplamente ancorado à sua integração no campo escolar, constituindo-se como premissas basilares, que devem nortear a primeira fase de execução do Plano, o envolvimento ativo e a participação engajada da comunidade educativa.

O PNL deverá ter o dinamismo e a abertura necessários para promover e acolher todos os projetos que a curto e longo prazo, sejam capazes de contribuir para alcançar os objetivos propostos.

Como qualquer outro instrumento de política pública deverá ter mecanismos de avaliação externa, para ser capaz de se adequar às críticas e sugestões que forem sendo feitas pelos avaliadores, bem como de ser capaz de ultrapassar os constrangimentos que forem surgindo.

4. OS OBJETIVOS DO PNL

- Promover a leitura, assumindo-a como fator de desenvolvimento individual e de toda a sociedade;
- Facilitar o acesso à leitura e ao conhecimento através da criação de pontes entre o livro e o leitor, isto é democratizar o acesso ao livro;
- Desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao mercado livreiro;
- Implementar práticas pedagógicas e outras atividades que melhorem os níveis de literacia e estimulem o prazer de ler entre crianças, jovens e adultos;
- Ampliar, consolidar e dinamizar o papel da rede pública de Bibliotecas e de Bibliotecas escolares promovendo assim o desenvolvimento de hábitos de leitura;
- Enriquecer as competências dos atores sociais, desenvolvendo a ação dos professores e de mediadores de leitura, informais e formais;
- Estimular a formação de famílias leitoras;
- Criar instrumentos de avaliação que permitam definir metas cada vez mais precisas para o desenvolvimento do plano.

5. LINHAS ESTRATÉGICAS

Fazendo o cruzamento dos pontos fracos, encontrados nas estruturas e instituições referidas, com os objetivos do PNL, foi possível definir as linhas mestras que irão orientar a sua concretização:

- Lançar, fomentar ou apoiar programas de promoção do livro e da leitura, proporcionando um maior contacto dos leitores com os livros seja na escola, nas bibliotecas ou em espaços públicos.
- Inventariar todos os recursos e parceiros disponíveis – bibliotecas, associações, autores, ilustradores, atores, media, ativistas culturais, etc, etc, - com o objetivo de os otimizar e reinventar.
- Inventariar todos os produtores culturais na área, nomeadamente editores, organizadores de feiras de livro e de ações de divulgação da leitura, encontros de

escritores, livrarias, gráficas com o objetivo de criar uma rede interativa e garantir-lhes uma maior divulgação e visibilidade das suas iniciativas.

- Formar educadores e mediadores de leitura e, sobretudo, criar um ambiente favorável à leitura, mediante campanhas, debates e encontros que chamem a atenção para a importância da leitura e literacia.
- Promover a adaptação da literatura oral tradicional ao público infantil e juvenil e à língua de ensino da leitura e da escrita
- Reforçar a política de apoio à edição, distribuição, comercialização e internacionalização do livro sem esquecer que as obras clássicas devem estar sempre disponíveis.
- Repensar a atribuição de apoios e subsídios a edições, quando concedidos por instituições ou empresas públicas, de forma a articulá-las com as políticas públicas de promoção do livro e da leitura.
- Estabelecer parcerias, com entidades públicas ou privadas, para garantir financiamento e cofinanciamento para os programas PNL, facilitando assim a articulação de políticas referidas na alínea anterior.
- Criar um sistema de avaliação, de preferência externa, que permita analisar a eficácia das atividades desenvolvidas com vista a corrigi-las, reforçá-las ou alterá-las. Para isso é essencial fazer-se um inquérito aos hábitos de leitura e aos níveis de literacia dos cabo-verdianos

6. ÁREAS DE FOCO

Um plano de médio e longo prazo, que tem como ponto de partida recursos limitados, baixos níveis de literacia, uma rede insuficiente de bibliotecas públicas e escolares, e hábitos reduzidos de leitura orientada nas escolas, precisa definir prioridades e áreas de foco. **Para os primeiros dez anos de atividade estabelece-se como prioridade o público infantil abrangido pela rede pública do ensino pré-escolar e básico e os projetos a serem implementados deverão centrar-se nas seguintes áreas prioritárias:**

A. Rede de bibliotecas escolares e a dinamização de atividades e iniciativas de promoção de acesso ao livro e à leitura

As BE, sobretudo nas Escolas mais periféricas, seja do mundo urbano seja do mundo rural, são praticamente a única hipótese que as crianças têm de aceder aos livros. Sabemos que a escolaridade e o nível social dos pais são fatores que condicionam fortemente o sucesso ou insucesso escolar dos alunos. Contudo, está hoje provado que essa desigualdade pode ser atenuada quando os socialmente mais desfavorecidos têm acesso a livros.

As BE desenvolvem as competências dos seus utilizadores e são um fator essencial na aquisição de autonomia na leitura e na formação de leitores favorecendo, assim, a capacidade de aprendizagem ao longo da vida. Podem ainda ser promotoras de programas e projetos que envolvam a escola, a família e toda a comunidade educativa como, por exemplo, aliar a tradição oral de contar 'estórias' à escrita criativa. Ouvir uma 'estória' e, depois, transpô-la para uma narrativa escrita, que poderá concretizar-se na construção de um livro, são poderosos ativos para o incentivo à imaginação e criatividade, habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo da criança, sua competência leitora e, não menos importante, para promover o seu sentido crítico, ético e a ligação às suas tradições culturais.

Enquanto não é possível atingir o objetivo de disponibilizar uma BE para cada escola, é imperioso fazer chegar alguns livros a todas as Escolas. O projeto **Balaio de Sophia**, um conjunto reduzido de livros para cada escola, que possa circular entre diferentes salas de aula, é realizável e poderá também ser concretizado num curto espaço de tempo. Trata-se de um projeto que visa dar início a atividades de leitura orientada em sala de aula, pois três dos dez títulos que constituem o pacote terão dezoito exemplares (de forma a que haja pelo menos um livro para cada dois alunos e um para o professor). Estes pacotes serão acompanhados de um documento com orientações e sugestões de atividades a serem realizadas na sala de aula. Depois de implementado e avaliado este projeto, poderá ser incluída, nos programas de Língua Portuguesa, a leitura orientada ou acompanhada em sala de aula

Também no ensino pré-escolar é essencial que as crianças tenham acesso aos livros. Deve por isso haver, em cada sala, um espaço próprio para os livros, a que a criança aceda livremente, tal como acontece com outros objetos lúdicos. Tocar, folhear, olhar com o tempo

e a atenção que cada criança necessita é essencial. São livros que sofrem um desgaste muito rápido pelo que as ofertas de pais, amigos ou instituições são essenciais. O projeto do balaio de livros pode e deve igualmente ser adaptado ao ensino pré-escolar. Neste caso, será constituída por livros que se destinam, sobretudo, a ser utilizados pelo professor, para sessões de leitura, ou a serem manuseados pelos alunos sob supervisão do professor.

No caso do ensino pré-escolar, porque não há necessidade de haver vários exemplares do mesmo título, as bibliotecas municipais poderiam ser um parceiro do projeto, fazendo elas próprias mochilas de livros que seriam emprestadas temporariamente às escolas, mediante requisição da diretora de escola.

B. Formação de Professores e mediadores de leitura

Sem a colaboração dos professores e dos responsáveis pelas BE os livros serão objetos inúteis ou de reduzida utilidade. Ganhar essa colaboração será talvez o maior desafio do PNL. A maioria destes professores cresceu e formou-se com muito pouco acesso a livros. Não tiveram oportunidade de se tornar leitores nem de ganhar o gosto pela leitura. Sabem que ler é importante, mas não sabem como aproximar a criança do livro, não sabem como ajudar a criança a explorar um livro.

A formação é, por isso, absolutamente essencial e muitas ações de formação já foram realizadas, mas estamos a falar de um universo de mais de 3.000 professores do básico e cerca de 1.300 do pré-escolar. Pode parecer tarefa impossível se não forem utilizados os muitos recursos hoje disponíveis. É facto que a formação em presença continua insubstituível, e deve por isso ser continuada, mas já existem muitas formas de disponibilizar formação, on-line.

A criação de um *site* para o PNL permitirá a disponibilização de recursos – formações, conselhos, livros digitais, etc. acessíveis a professores, pais e a todos aqueles que se interessem pelo assunto.

O facto de o Ministério da Educação ter disponibilizado a todos os professores equipamentos informáticos que permitem o acesso a essas informações, torna a formação de um grande número de professores exequível.

Contudo, é preciso ter presente que muitas escolas, apesar de terem alguns equipamentos informáticos, permanecem sem acesso à Internet. Nestes casos, as Delegações da

Educação poderão ser um valioso centro de auxílio, seja disponibilizando o *download* das formações, e fazer o seguimento e acompanhamento das ações de formação nas escolas, seja através da capacitação dos Delegados de Educação como orientadores e mediadores dos recursos pedagógicos que serão disponibilizados no futuro *site*.

No entanto, e sem prejuízo das ferramentas *on-line*, é de elementar importância que se perspetivem ações de formação presenciais que, paulatina e faseadamente, possam ir chegando a todas as escolas. É imperativo que se envolvam ativamente os dirigentes das escolas e os professores das disciplinas nucleares como forma de eliminar algumas resistências que sempre se manifestam.

C. Leitura orientada em sala de aula

Uma das vertentes da formação de professores deve focar-se na leitura orientada em sala de aula. A aprendizagem da leitura implica um processo de ensino sistemático e muito prolongado, que começa muito antes e vai muito para além da alfabetização. Um leitor constrói-se com trabalho, exercício consistente e prática continuada. Só a leitura incentiva à leitura.

É pacífico e habitual destacar alguns dos pontos positivos que o exercício da leitura pode trazer para os estudantes, como a ampliação das capacidades cognitivas necessárias à compreensão de ideias e organização de um pensamento coerente; o enriquecimento do vocabulário; o desenvolvimento de uma visão crítica e de capacidade de argumentação ou a aquisição de novos conhecimentos e visões do mundo. Todavia, este é um trabalho para ser feito com acompanhamento de pais ou professores.

Muitas são as modalidades de leitura a serem utilizadas em sala de aula, muitas são as técnicas que podem ser utilizadas para explorar um livro, muitas são as atividades que podem ser feitas dentro e fora da escola, mas o papel do professor, enquanto mediador de leitura, é essencial pois a criança só adquire autonomia na leitura entre os nove e os doze anos. A leitura compartilhada é aliás essencial em todas as idades pois o significado que se atribui a uma leitura individualizada será sempre ampliado, criando-se assim um sentido mais crítico e coletivo para a obra.

D. Elaboração de uma lista de livros PNL

A elaboração de uma lista de livros recomendados pelo PNL é, para muitos, um dos elementos essenciais do Plano e é aguardada com muita curiosidade. De facto, é um elemento essencial para tomadas de decisões no que se refere a aquisições e um guia para as famílias e as escolas.

Essa lista, à semelhança da que já existe para o ensino secundário (refiro-me à lista de obras de leitura obrigatória), terá que ser elaborada tendo em vista o contexto cabo-verdiano e integrar, sempre que possível, autores cabo-verdianos. Não deve, contudo, fechar-se ao mundo. Afinal ler é viajar, descobrir e conhecer novas realidades.

É óbvio que a seleção terá de ser feita por uma equipa com capacidade para avaliar a qualidade estética e literária das obras sendo essa seleção, de seguida, submetida a uma outra equipa que indique a adequação das obras à idade das crianças ou ao ciclo de ensino. Menos óbvia é a forma como os livros deverão chegar até essa equipa pois há questões de direitos de autor a serem respeitadas, há autores já falecidos, há obras há muito esgotadas, há edições de autor e há editoras que representam os autores.

Se para obras inéditas a abertura de um concurso específico anual ou bianual é um bom modelo de trabalho, para as obras já publicadas o modelo terá de ser outro e poderá passar por uma seleção a ser feita pela equipa de especialistas e, posteriormente, um contacto pessoal com todos os autores, herdeiros e editoras envolvidas.

E. Criação de um *site*

A criação do *site*, é fundamental para a abertura do PNL à sociedade e para divulgação das suas iniciativas, mas deve, sobretudo, ser uma fonte de recursos essenciais a todos os pais e educadores enquanto mediadores de leitura.

Para além de biblioteca digital, poderá ser um centro de recursos, especialmente pensado para professores que poderão ser chamados a promover a leitura e a leitura acompanhada em sala de aula sem que, para isso, tenham tido formação. Deverá, pois, ser um espaço onde se encontram informações, formações e recursos pedagógicos. Um verdadeiro instrumento de trabalho.

Deve ainda ser em elemento preparado para promover a interação entre as escolas as bibliotecas, as famílias e outras organizações sociais. Um espaço de divulgação de iniciativas e atividades capazes de promover o livro e a leitura.

F. Estudos sobre literacia e hábitos de leitura

Os estudos sobre literacia e hábitos de leitura em Cabo Verde serão essenciais para que o PNL tenha uma base de trabalho fundamentada. Deverão ser o suporte das decisões a serem tomadas e das correções a serem feitas. Serão também essenciais para se avaliar o impacto e eficácia das iniciativas e programas promovidos pelo Plano. Esses estudos devem ser feitos no primeiro ano de implementação do PNL e as Universidades poderão/deverão ser convocadas a participarem e promoverem essas investigações e a considerarem o próprio PNL como objeto de estudo.

G. Parcerias e protocolos

Assim como nenhum Plano de Leitura se pode implementar sem o apoio de toda a sociedade também não é possível concretizá-lo sem encontrar parcerias, patrocinadores e fontes de financiamento.

Ainda antes da sua definição e regulamentação do PNL CV, já o Protocolo tripartido de Cooperação visando a materialização do Projeto “Dinamização de Bibliotecas Escolares” celebrado, em dezembro de 2017, entre a Cooperação Portuguesa/Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.; o Ministério da Educação de Cabo Verde e o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, consagrou, como uma das suas premissas angulares, a importância das respetivas atividades poderem ser operacionalizadas em harmonia com o (então futuro) Plano Nacional de Leitura.

Assim, tendo como horizonte a constituição efetiva de uma Rede nacional de Bibliotecas Escolares, desta colaboração há já a observar a implementação de doze Bibliotecas Escolares em instituições do Ensino Básico.

Assente em três principais componentes, ou seja, *i)* reabilitação física das salas-biblioteca; *ii)* apetrechamento dos espaços com acervo bibliográfico infanto-juvenil, mobiliário infantil e computadores; e, de suma importância, *iii)* capacitação dos professores/dinamizadores

das Bibliotecas Escolares (havendo sido já dinamizadas diversas ações de formação, de caráter lúdico-prático, em áreas como gestão, organização e dinamização de bibliotecas escolares; práticas de dramatização e mediação da leitura, bem como escrita criativa), o projeto DBE tem angariado parcerias e apoios decisivos de diversa ordem e de diferentes entidades. Facto que pode, a título de caso prático, ilustrar a vontade que existe, tanto nos parceiros nacionais, como internacionais, em apoiar o desiderato do incentivo à promoção da leitura e, bem assim, de fazer vingar o acesso ao livro em Cabo Verde.

Importa, igualmente, notar o acordo de colaboração com o Plano Nacional de Leitura 2027 e a Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal, que teve como resultado a visita técnica de três elementos do Ministério de Educação e da Biblioteca Nacional de Cabo Verde a Portugal. Outrossim, prevê-se um contributo ativo às ações e atividades que forem acordadas, no quadro de um Protocolo bilateral de Cooperação que se perspectiva para breve, e que colhe respaldo na Declaração de Intenções, celebrada em maio de 2019, pelo Ministério da Educação de Portugal, Ministério da Educação de Cabo Verde e Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, relativa à implementação da RBE e do PNL de Cabo Verde.

Porque o PNL é um programa em rede, é essencial, não apenas consolidar estas parcerias, mas alargá-las a outros países e instituições que têm sido parceiros no desenvolvimento de Cabo Verde, bem como a empresas e instituições cabo-verdianas, com um enfoque muito particular no estabelecimento de parcerias com as rádios e televisões.

7. PONTOS DE CHEGADA

Assim como é essencial conhecer o ponto de partida, isto é, os meios de que dispomos, como funcionam, quais os seus constrangimentos, temos de definir o ponto onde queremos chegar. Se é verdade que há metas que não podem ser quantificadas, outras há que podem e devem sê-lo. Em consequência e como forma de evitar uma excessiva dispersão de atividades e programas estes poderão ser agrupados em três grandes áreas:

A. Contexto Escolar

1. O projeto **Balaio de Sophia** para todas as escolas do ensino básico e pré-escolar deverá ser implementado nos primeiros cinco anos de PNL e está intrinsecamente associado à prática da **leitura orientada em sala de aula**.
2. **Programas de promoção do livro e da leitura** a nível de sala de aula e de escola.
3. **Uma Biblioteca Escolar em cada Agrupamento Escolar** deverá ser um dos objetivos a alcançar ao fim dos primeiros dez anos de implementação do PNL. Estamos a falar de 85 Agrupamentos dos quais, cerca de quinze, já possuem BE. Isto significaria que teriam de ser implementadas 7 BE por ano.
4. **Formação de professores** na área da mediação de leitura.

B. Contexto Biblioteca ou outros espaços comunitários

1. Criação e implementação do modelo de **Biblioteca-parceira do PNL**. Este modelo implica um conhecimento prévio da forma como as bibliotecas estão organizadas, dos meios humanos e orçamentais de que dispõem, dos seus acervos e instalações com o objetivo de as mobilizar e preparar para a implementação desse modelo. Será um objetivo para concretizar num espaço de dois ou três anos.
2. Reforçar os meios da BN para continuar o programa de **reedição dos clássicos**.
3. **Programa de aquisição de livros editados em Cabo Verde**. O objetivo é incentivar as Bibliotecas Municipais a adquirirem pelo menos dois exemplares de cada um dos livros editados no país. Para além do serviço prestado às populações e à própria biblioteca que vê o seu acervo enriquecido, é um significativo apoio à edição. De facto, para uma edição de 300 exemplares, que já vai sendo a mais usual nas ilhas, isso corresponderia a um financiamento de cerca de 10% da edição.

D. Contexto familiar

1. Campanhas de promoção do livro e da leitura nos meios de comunicação social para estimular os pais a terem atividades de leitura com os filhos e a participarem em atividades públicas de promoção do livro e da leitura.

2. Disponibilização no site do PNL de um conjunto de recursos que ajudem os pais nessas atividades de leitura.

8. ESTRUTURAS DE APOIO

Equipa PNL - A definição de metas e programas do PNL evidencia a necessidade de haver uma equipa a trabalhar a tempo inteiro para a concretização dos planos anuais de atividades. Poderá ser uma equipa mais reduzida do que a atual, mas os seus elementos deverão trabalhar em regime de dedicação exclusiva e num espaço criado para o efeito.

Júri livro PNL - Para a atribuição do selo livro PNL deverá ser criado um júri, constituído por escritores, ilustradores e pedagogos que, uma vez por ano escolhem os títulos submetidos a concurso. Embora não seja uma equipa a trabalhar em regime de dedicação exclusiva deverão os seus elementos ser gratificados pelo trabalho efetuado e em função do número de livros apresentados.

Conselho Científico do PNL - Terá um carácter consultivo e será constituído por especialistas convidados, representantes das tutelas e coordenador do PNL. Poderá reunir anualmente com o objetivo de acompanhar e apreciar a execução do Plano.

Setembro de 2020

A Equipa

Ana Cordeiro (Coordenadora)
Adelaide Tavares Monteiro
Eloisa Helena Monteiro Fernandes
Maria Eduarda Correia Vieira
Neidina Lopes Moniz